

# TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A METAMORFOSE DO IDEÁRIO DE INDIVÍDUO NA NARRATIVA DA NAÇÃO MOÇAMBICANA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA

SOCIAL TRANSFORMATION AND THE METAMORPHOSIS OF INDIVIDUAL'S REPRESENTATION: THE NARRATIVE OF NATION IN POST-INDEPENDENCE MOZAMBIQUE

**André Victorino Mindoso**

## ABSTRACT:

The paper analyzes the metamorphosis of Mozambique's national narrative, putting in perspective both the socialist period and the post-1990. It seeks to understand the ideals of individuals presented in children's textbooks as prototype of citizen who should "inhabit" the nation. The discussion shows that the individual's representation began to be seen as part of a whole, without its own wills and whose actions should be on behalf of the collectivity. This individual metamorphosed as consequence of structural changes caused both by the end of socialism and the civil war. In such a new context rises an individual with own will and whose actions has not always connected to a colectivity. As a consequence, it is concluded that the Mozambique's national narrative is not finished and unchanged, it is being redefined as society transforms.

**KEYWORDS:** Individual. Mozambique. National narrative.

**RESUMO:** O artigo analisa a metamorfose da narrativa da nação moçambicana, pondo em perspectiva tanto o período socialista quanto o pós-1990. Especificamente, busca compreender o ideário de indivíduo apresentado nos livros escolares infantis enquanto protótipo de cidadão que deveria "habitar" a nação. A discussão mostra que o ideário deste começa por ser aquele que deveria ser visto como parte de um todo, sem vontade própria e cujas ações deveriam ser em benefício da coletividade. Este indivíduo se metamorfoseou com o fim do socialismo, da guerra civil, e as mudanças estruturais que lhe acompanharam. Em seu lugar passa-se a apresentar um indivíduo com vontade própria e cujas ações nem sempre tem na coletividade a sua justificativa. Em consequência disso, conclui-se que a narrativa da nação moçambicana não é acabada e imutável, ela vai se redefinindo à medida que a sociedade se transforma.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indivíduo. Moçambique. Narrativa nacional.

## Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano Lima](#)

## Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosa Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

# TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A METAMORFOSE DO IDEÁRIO DE INDIVÍDUO NA NARRATIVA DA NAÇÃO MOÇAMBICANA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA

André Victorino Mindoso <sup>1</sup>

## Introdução

Em 1975, aproximadamente uma década após o início da guerra de descolonização, Moçambique tornou-se independente do Estado português. No período posterior a essa data, especificamente de 1977 até meados da década de 1980, assistiu-se a elite política que acabara de assumir o poder, a Frelimo, implantando um Estado socialista de cariz marxista-leninista. Para além da construção do Estado socialista moçambicano, com toda a sorte de instituições que o suportavam, estava igualmente presente um movimento de imaginação de uma nova narrativa de nação que consistia na busca por um conteúdo discursivo que fizesse com que os moçambicanos se vissem como parte de uma comunidade. Efetivamente, com a desvinculação de Moçambique em relação ao Estado português, surgia a necessidade de se imaginar uma nova narrativa de nação que desse vida a uma solidariedade nacional à antiga colônia. Desta forma, a Frelimo, dado o controle que detinha sobre os meios de coerção física e simbólica do Estado, chamou para si o direito de definir o conteúdo discursivo daquilo que deveria ser a nova narrativa de nação para Moçambique. Nela buscou potenciar a sua experiência enquanto movimento guerrilheiro de libertação nacional, procurando universalizá-las a todos os moçambicanos, fazendo com que a emergência da nação moçambicana se confundisse com a história da Frelimo (MINDOSO, 2012; SERRA, 2012; COELHO, 2015).

A referida narrativa, contudo, nunca chegou a ser consensual a nível nacional, tendo inclusive gerado reivindicações e resistências. Tais foram os casos da não adesão de alguns moçambicanos ao projeto da Frelimo de construir um Estado moderno de natureza socialista que punha em causa a sua afirmação enquanto cidadãos capazes de fazerem suas próprias escolhas (MACAMO, 2014; 2016). Tal resistência, contudo, tornou-se mais evidente, passadas décadas, e sobretudo após a assinatura do Acordo Geral de Paz, a liberalização da economia e a democratização do país. Nesse novo cenário, novas forças sociais tendem a indicar a necessidade de se renovar a narrativa da nação moçambicana, nela incluindo elementos que não a limitassem à expe-

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica - Delegação de Nampula, Moçambique. Departamento de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica – Delegação de Nampula (Moçambique). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Email para correspondência: amindoso@hotmail.com. Declaro que o presente texto é inédito e que não se encontra em processo de julgamento em nenhuma revista ou coletânea.

riência da Frelimo. É nesse sentido que pelo menos dois homens vindos do mundo das artes foram proclamados heróis nacionais, contrariando a tendência dominante de só poderem ser os antigos guerrilheiros da Frelimo a almejar tal reconhecimento honorífico. Serra (2012, p.169) nos mostra tal fato ao considerar que: “na praça dos heróis estão, porém, os restos mortais de duas pessoas que não fizeram diretamente a caminhada da luta armada, mas cuja grandeza como poeta um, como maestro outro, como patriotas ambos, levaram a Frelimo a dar-lhes o estatuto de heróis. Trata-se do poeta José Craveirinha e do maestro Justino Chemane. São as exceções”.

Essa pressão para que se renove a narrativa da nação moçambicana é igualmente visível em alguma produção científica no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Michel Cahen (2010), criticando aquilo que chama de “história de sentido único”, a qual diz ter estado presente na definição de Moçambique por décadas, indica a necessidade de se tomarem como sujeitos de estudo alguns indivíduos que foram considerados oficialmente como sendo “traidores” da nação, mas cuja atuação foi significativa na luta contra o colonialismo. O mesmo se pode dizer do trabalho de Carolina Peixoto e Maria Meneses (2013). Estas autoras resgatam a biografia de Domingos Arouca, tentando mostrar que sua ação contra o Estado colonial, que inclusive levou a que o mesmo fosse perseguido e preso pelas autoridades coloniais por defender a independência de Moçambique, merecia um lugar de destaque na historiografia do país. Pode-se resumir os trabalhos supracitados com a afirmação de João Paulo B. Coelho (2015), para quem, é chegado o momento de se construir uma historiografia da nação moçambicana em que não se tome por referência apenas as experiências dos antigos guerrilheiros da Frelimo, mas também as narrativas alternativas e concorrentes.

Passados mais de quarenta anos de independência do país, e embora a Frelimo continue controlando o poder central, especialmente os setores que produzem e legitimam a construção de narrativas oficiais da nação, como veremos ao longo deste artigo, estas vão sofrendo reformulações consoante o contexto social em que são (re) produzidas. É tendo em consideração as metamorfoses que a narrativa da nação moçambicana tem assumido desde a independência que nosso interesse em a discutir surge. Com efeito, neste trabalho analisamos a forma como ela se tem metamorfoseado em resposta às transformações sociais pelas quais o país vai passando ao longo das últimas décadas. Ao analisarmos tal narrativa nosso interesse específico é o de perceber como é que o indivíduo, habitante e cidadão do país, tem vindo a ser nela apresentado.

É tendo em vista a esse objetivo, e para garantir certo rigor à análise, que tomamos livros escolares infantis como nosso campo de observação empírica. Ao fazermos tal escolha, reconhecemos os limites que ela possa representar, sobretudo na generalização de seus resultados. Seja como for, julgamos a análise importante pois sugere, e esta é nossa hipótese, que de alguma

forma a narrativa da nação moçambicana está se metamorfoseando, sobretudo no que diz respeito à concepção de indivíduo, ou cidadão, que nele “deveria” habitar desde o período da proclamação da independência.

Para uma melhor demonstração dessa hipótese de trabalho, estruturamos o artigo tendo em mente o seguinte roteiro. No que se segue fazemos uma breve revisão de alguma literatura relevante, mostrando como a temática da nação moçambicana tende a ser por ela discutida. Em um segundo momento analisamos o estatuto epistemológico do livro escolar enquanto vetor de valores sociais e especificamente do ideário de nação. Mais adiante, e centrando nossa atenção no Moçambique-socialista, discutimos a forma como o indivíduo aparece na narrativa da nação então em construção. Finalmente, analisamos a forma como o indivíduo passou a ser apresentado na narrativa nacional moçambicana, em um contexto em que a ideologia do neoliberalismo passou a ser dominante no país.

### **Da negação à afirmação da ideia de nação moçambicana**

Ao fazermos uma breve revisão de alguma literatura relevante sobre a nação moçambicana, dois fatos ficam evidentes. Em primeiro lugar, esta teve maior pendor na década de 1990, logo após o término da guerra entre a Renamo e o Governo da Frelimo, simbolizada pela assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma. Esse acordo, no entender de Severino Ngoenha (1998) significou o nascimento da segunda República de Moçambique, caracterizada pela incorporação do modelo democrático de relações políticas e a liberalização das relações económicas e sociais. Em segundo lugar, notamos que, em consequência desse novo momento, os estudos que aí surgem buscam exatamente compreender a constituição da nação moçambicana enquanto campo de análise. Tratava-se de analisar a construção da nação em um ambiente em que a hegemonia da Frelimo como único agente definidor da moçambicanidade estava sendo posta em causa. Colocava-se a questão de saber, o que era Moçambique e quais eram suas possibilidades de sobrevivência enquanto nação no período subsequente à “morte” do socialismo frelimista. Isso implicava, em nosso entender, fazer-se igualmente uma profunda reflexão sobre a narrativa de nação e as práticas presentes no pretérito Moçambique-socialista.<sup>2</sup>

Nesse grupo de reflexões, o estudo de Michel Cahen (1993) é emblemático. Ao defender a tese de que Moçambique é um país sem nação, o autor atizou um aceso debate intelectual a nível local, e não só. Argumentava o autor que tal se justificava, em primeiro lugar, pelo facto de

Moçambique ter surgido a partir das fronteiras traçadas por Portugal durante o período da ocupação efetiva. Nesse sentido, sugere que as elites nacionalistas da Frelimo, menos que conquistadores, foram herdeiros de um território outrora traçado por Portugal. Em segundo lugar, e este constitui o argumento mais significativo do autor, concorria para considerar Moçambique um país sem nação o fato deste não ser um país integrado. Isto acontecia, defende Cahen, tanto a nível de infraestruturas (especialmente ferroviárias) que interligassem o território nacional em toda sua extensão, quanto pelo fato de os moçambicanos pertencerem a diferentes grupos étnicos e linguísticos, sem um contato efetivo entre eles.

Logo após Cahen ter lançado sua tese, concidentemente ou não, várias outras foram surgindo, umas denunciando os aspectos limitantes da narrativa nacional que caracterizava as elites nacionais do período socialista, outras sugerindo que, como qualquer país, deve-se compreender Moçambique como uma realidade em construção e que as elites sempre têm um papel determinante no processo. Dado os interesses de nossa argumentação, é sobre este último grupo de reflexões que nossa atenção se concentra.

Elísio Macamo (1996) foi quem mais diretamente se opôs à tese de Cahen, defendendo que não existe um país, mesmo na velha Europa, que seja completamente integrado. Para ele, e recorrendo à clássica definição de nação de Ernest Renan, a construção da nação moçambicana é, na verdade, um plebiscito cotidiano, no sentido de que é um processo incessante de reafirmação de um sentimento nacional. Processo esse que tem na expansão da economia nacional e a presença do Estado como um dos fortes fatores que impulsionarão a renovação desse desejo dos moçambicanos viverem numa comunidade de destino.

Em outros trabalhos, Macamo (2014; 2016) mostra como essa reafirmação da nação ocorre. Ele defende que são os moçambicanos, e não instâncias estrangeiras, como se poderia pensar, que renovam ou reformulam, no cotidiano, essa vontade de comunidade de destino. É nesse nível de relações, assevera, de onde se pode compreender as mais significativas transformações políticas e sociais na sociedade moçambicana das últimas décadas. O autor defende, nisso, que os indivíduos têm constituído principal motor de transformações sociais em Moçambique. Mostra que foram indivíduos “frustrados” na sociedade colonial que, em busca de sua autonomia e aspirações, empreenderam uma ação de protesto contra o Estado colonial, o que possibilitou a independência de Moçambique. Macamo sugere, igualmente, que indivíduos frustrados com as políticas da elite dirigente que acabava de assumir o poder após a queda do Estado colonial, a da Frelimo, que punham em causa sua autonomia e aspirações individuais, empreenderam

---

<sup>2</sup>Igualmente se pode encontrar vários estudos feitos no período pós-1990 que tinham como interesse compreender o complexo processo de constituição de Moçambique enquanto nação. Entre outros, pode-se consultar as coletâneas organizadas por Carlos Serra (1998) e Peter Fry (2001),

ações de resistência e protesto, não pela adesão ao emergente movimento guerrilheiro da Renamo, mas, manifestando apatia aos ditos imperativos nacionais: “para mim, a manifestação dessa resistência foi o fenômeno de ‘abrir’, ao qual mais tarde se juntou a apatia e indiferença em relação a defesa da pátria” (MACAMO, 2016, p.41).

Em termos simples, Macamo defende que existe uma nação moçambicana e que ela se caracteriza por ser uma comunidade de destino, onde os indivíduos em busca de sua autonomia individual têm pressionado para que ela se reformule ao longo da história.

Na mesma linha argumentativa que a deste autor, Severino Ngoenha (1998), assevera que a “nação moçambicana existe, mas que ela está em processo de construção. Para o autor, a nação moçambicana constitui uma realidade na medida em que resulta de um esforço levado a cabo pelo sacrifício de determinados moçambicanos e que culminou com a “expulsão” do colonialismo português e a consequente declaração da independência nacional. Nota o autor, contudo, que o alcance da independência, por si só, não garante a sobrevivência do país enquanto comunidade nacional. Tal seria feito por uma vontade renovada pelos próprios moçambicanos de continuarem vivendo conjuntamente, ligados por uma solidariedade que lhes mantivessem unidos. É nesse sentido que, ao posicionar-se sobre a existência ou não de uma nação moçambicana afirma, ao contrário de Cahen que a recusa, que: “a moçambicanidade existe. É um dom que herdamos, mas é sobretudo uma tarefa, um dever, uma responsabilidade que só pode ser realizada pelos próprios moçambicanos” (NGOENHA, 1998, p.32).

Um dado digno de realce no pensamento de Ngoenha é o facto deste considerar que a continuidade da existência dessa “nação herdada” da luta de muitos moçambicanos, reside na capacidade de se criar coesão social a nível nacional, independente da identidade particular dos moçambicanos, designadamente à pertença étnica, linguística ou de classe social. Para isso, o autor, de forma recorrente, deixa claro que seria importante que se potenciasses as instituições, e não a autonomia dos indivíduos, como defende Macamo. No seu entender, tais instituições é que constituiriam o garante da solidariedade nacional, e fariam com que a nação não perdesse sua soberania num contexto em que o intervencionismo da comunidade internacional tendia a ser crescente, e sobretudo a liberalização e a democratização do país que tendiam a ser crescentes na década de 1990. Esses dois últimos elementos preocupavam o autor, a ponto de este afirmar que: (...) “a evolução interna da nossa recente democracia, onde a vida coletiva parece concentrar-se sobre a acumulação de riqueza e de micronacionalismos exasperantes, tende a minar as ideias política e moral, que está na origem da moçambicanidade” (NGOENHA, 1998, p.19).

---

bem como outra literatura avulsa, algumas das quais discutidas neste artigo.

Se para Ngoenha a nação moçambicana é um dado adquirido, embora não acabado, Carlos Serra busca mostrar a natureza da mesma. Procura fazê-lo, refletindo sobre a ação daqueles que chama de “produtores” da nação, mostrando, ao mesmo tempo, as relações de poder envolvidas no processo. Este autor começa por considerar que a ideia de nação moçambicana, nos termos em que é apresentada desde a independência do país, é menos uma essência e, sim, resultado da construção de um discurso hegemônico por parte de certos segmentos da elite dirigente da Frelimo.

Tratou-se de um segmento que o autor chamou de hegemônico, ou samorista. Este segmento, no entender de Serra, tendo assumido o controlo da Frelimo após a morte de Eduardo Mondlane<sup>3</sup>, e o dirigismo estatal no pós-independência, buscou impor uma narrativa de nação moçambicana. Este grupo hegemônico, defende o autor, após a independência nacional e carregados de orgulho de tal feito, passou a definir-se como os legítimos representantes e guardiões de Moçambique. Nesse sentido, passaram a definir aqueles que, em seu entender, constituíam inimigos (internos e externos) da nação, combatendo-os. Isto significava, entre outros, continua Serra, a intolerância à diversidade política, à emergência de setores capitalistas locais e ao racismo (tribalismo e regionalismo, acrescentamos). Qualquer segmento de moçambicanos que fossem identificados como tendo propensão a ter atitudes próximas às mencionadas acima, eram declarados inimigos da nação.

Serra mostra, contudo, que essa orientação ideológica do grupo hegemônico foi sofrendo transformações à medida que o tempo foi passando e a estrutura das relações sociais alterada. Isso aconteceu, no seu entender, principalmente pela morte de Samora Machel e pelas reformas económicas e políticas que tiveram lugar na década de 1980, como resultado da adesão de Moçambique às instituições de Breton Woods. Esse grupo hegemônico, continua o autor, dadas as transformações estruturais do país, passou a tolerar algumas práticas que outrora combatia. Passou, por exemplo, a permitir que setores empresariais emergissem ou que certo pensamento político diferente do hegemônico fosse expresso. Apesar disso, Serra defende que uma coisa esse grupo hegemônico não abriu e continua não abrindo mão, designadamente, o fato de se considerar insubstituível na produção da nação, de serem os fazedores e guardiões da história do país: “(...) ao longo das diferentes fases históricas, os produtores da pátria – e, em especial o seu núcleo hegemônico - foram bem mais longe: convenceram-se em definitivo de que a história apenas pode ser monitorada por eles, de que mais ninguém está em condições de os substituir” (SERRA, 2012, p.53).

---

<sup>3</sup> Primeiro presidente da Frelimo. Assassinado ainda no decorrer da guerra de libertação nacional, em 1969, na Tanzânia.

Fica claro que o pensamento de Serra indica que a Frelimo, independentemente das transformações econômicas, políticas e culturais, havidas no país no pós-independência, outorga-se a si a paternidade da nação moçambicana, e como tal seu único e legítimo definidor e guardião. É representativo desse fato, a definição de heróis nacionais. O mesmo Carlos Serra mostra como a definição de heróis nacionais ou a nomenclatura da toponímia das cidades moçambicanas tem-se caracterizado por constituir um campo de disputa simbólica. Mostra, por exemplo, que a nível do poder municipal, sobretudo em cidades dirigidas pelos partidos da oposição, estes tendem a propor na sua toponímia nomes de personalidades identificadas com a oposição política, mas que, dado ao controle central que o partido Frelimo detém sobre os órgãos centrais do Estado, este tende recorrentemente a inviabilizar tais pretensões.

Apesar dessa pretensão paternalista da Frelimo em relação a nação que Serra muito bem descreve, e este é nosso argumento neste artigo, a narrativa da nação tende a ser alterada à medida que a sociedade moçambicana se transforma, dado que a ideia de hegemonia na produção de significados tende a fugir ao controle exclusivo da Frelimo. Isto tem se verificado sobretudo no que diz respeito ao ideário de indivíduo que deveria habitar a nação moçambicana.

Ao terminar esta secção, onde analisamos alguns dos principais autores que refletem sobre a nação moçambicana, algumas palavras finais se fazem necessárias. A primeira é a de que existem vários autores que discutem a nação moçambicana. Dos apresentados aqui, podemos notar que enquanto Michel Cahen é céptico à ideia de existência de uma nação moçambicana, pelo fato desta não resultar de um país étnica, linguística e materialmente integrado, Macamo, Ngoenha, e Serra lhe são contrários. Para estes últimos deve-se compreender Moçambique como uma nação em processo de construção. Um processo que não é nada pacífico, na medida em que desde a proclamação da independência nacional, o país tem conhecido tensões na sua definição de nação. Como mostram Macamo e Ngoenha, essa construção de Moçambique deve ser vista como um plebiscito cotidiano que, acrescenta Serra, gira em torno de uma definição hegemônica de Moçambique, mas que tem sido sempre confrontada pelas transformações sociais que tem acontecido desde a independência do país à atualidade. Cabe, ressaltar o pensamento de Macamo, quando este defende que o indivíduo ou se quisermos a busca por estes de suas realizações e aspirações particulares (e não as instituições, como defende Ngoenha, tem garantido, historicamente, a renovação da nação moçambicana.

### **Produtos culturais (escolares) e a construção da narrativa da nação moçambicana**



A discussão precedente mostra claramente a diversidade de aspectos que os autores mobilizam para compreender e explicarem a inexistência ou existência de uma nação que se possa considerar moçambicana. Vale, por isso, deixarmos claramente posto que nosso posicionamento no debate vai de encontro com os autores que procuram ver Moçambique como estando em um processo de construção, encerrando, nesse sentido múltiplas tensões e envolvendo diferentes atores sociais. É em consonância com isso que, ao longo deste artigo, analisamos Moçambique a partir da produção de narrativas que se encontram presentes em discursos e representações simbólicas produzidos pelas elites dirigentes. Estamos nos referindo às narrativas sobre a nação moçambicana presentes no sistema de ensino, especialmente nos livros escolares dos primeiros anos de escolarização. Compreender a nação enquanto narrativa, como nos sugere Homi Bhaba (2000), nos permite encará-la não apenas como um processo homogeneizante, impositivo e exterior ao cotidiano dos indivíduos e sim, trazer ao de cima toda produção discursiva que nos habilita entender a nação enquanto resultado de tensões sociais presentes em determinado país. São essas tensões, visíveis sobretudo nas transformações sociais que se verificam, que vão ditar as reformulações da narrativa da nação ao longo do tempo.

Nesse sentido, defendemos que o sistema de ensino moçambicano constitui um campo significativo para percebermos como essas representações da nação ocorrem, em sintonia com o contexto social e histórico em que se encontra inserido. Com efeito, e como notam alguns autores (entre eles, Bourdieu, 2008), o sistema de ensino não é neutro na sua atuação. Ele está a serviço das elites nacionais, funcionando como espaço de difusão e legitimação de valores por elas considerados ideais em um determinado momento histórico. Para o caso em análise neste artigo, porém, podemos notar que, com o fim da “era” colonial, a Frelimo tomando o lugar de elite dirigente, chamou a si a responsabilidade de re-imaginar a narrativa da nação emergente. Enquanto partido único, monopolizou alguns dos meios institucionais de controlo social, sobretudo o sistema de ensino e, a partir dele, procurou inculcar, nem sempre com o sucesso desejado, um ideário de nação moçambicana. É nesse sentido que autores, como Brazão Mazula (1995), indicam que o sistema de ensino moçambicano do período imediatamente posterior à independência – em um contexto de guerra civil e de crescente influência do movimento socialista internacional – tinha como uma de suas principais missões a de criar o homem novo moçambicano. O mesmo acontece atualmente, em um ambiente neoliberal, onde, o sistema de ensino caracteriza-se por permitir agentes não estatais (e até internacionais) na sua concepção e administração. Aqui, este passa a difundir valores que estão em sintonia com o momento histórico recente, refletindo, dessa forma, as tensões sociais e simbólicas existentes entre os diferentes atores sociais no que diz respeito ao ideal da nação moçambicana.

Nesse processo, os livros escolares, à semelhança de outros meios de produção simbólica, têm constituído importante veículo de difusão das visões de mundo que as elites estatais e não só têm vindo, implícita ou explicitamente, a sugerir aos moçambicanos. Desta feita, tomamos por referência os livros escolares infantis, isto é, do terceiro ao sexto ano de escolarização, produzidos e difundidos no sistema de ensino moçambicano, tanto no período socialista quanto no momento atual, caracterizado por uma crescente liberalização das relações econômicas e políticas.

No que diz respeito ao período socialista, vale dizer que os livros escolares aí produzidos apresentavam uma autoria coletiva, isto é, institucional. Era o ministério que tutelava o sistema de ensino que era apresentado como autor-coletivo dos livros escolares, mas também o responsável pela editoração dos mesmos. Os textos que se encontravam compilados em tais livros, contudo, apresentavam outra peculiaridade. Um número significativo de autores dos mesmos eram ex-guerrilheiros da Frelimo que apresentavam, em forma de relatos, depoimentos ou poemas, a sua experiência durante a luta armada. Efetivamente, como nos sugere Coelho (2015), a forma como a narrativa da nação moçambicana foi construída no primeiro momento da constituição do Estado moçambicano, dava aos antigos guerrilheiros da Frelimo a primazia de poderem testemunhar a experiência da luta, por a terem vivido na pele, e com isso, se considerarem os legítimos intérpretes de Moçambique.

Com o fim do socialismo e a redefinição do Estado moçambicano sob os matizes do liberalismo e do sistema democrático, a autoria dos livros escolares deixa de ser institucional, passando estes a apresentarem claramente os nomes dos autores individuais que fizeram parte de sua elaboração. Igualmente, os antigos guerrilheiros deixaram de ser os principais autores de textos aí compilados, o que sugere uma queda significativa de protagonismo dos mesmos na representação do ideal da nação moçambicana. Um terceiro elemento pertinente a ser levado em consideração é o processo de editoração dos livros escolares. Enquanto que antes este processo estava exclusivamente a cargo do Estado, posteriormente passou a estar na responsabilidade de agentes privados (incluindo estrangeiros). Aqui, o papel do Estado passou a ser o de selecionar e adoptar, por via de concurso público, os livros escolares que considerasse pertinentes a serem usados no sistema nacional de educação.

Tendo feito algumas considerações acerca da pertinência de se estudar a narrativa da nação moçambicana a partir de textos presentes nos livros escolares produzidos tanto no Moçambique-socialista, quanto no neoliberal, estamos em condições de nos concentrar, de forma específica, naquilo que mais nos interessa. É nesse sentido que, nas duas secções que se seguem, analisamos a forma como o indivíduo (cidadão) é representado na narrativa de nação nos dois mo-

mentos da história recente de Moçambique, tomando sempre em consideração o contexto social em que ela é construída.

### **A narrativa “fundacional” da nação e o indivíduo-orgânico**

Os primeiros anos após a proclamação da independência de Moçambique são caracterizados por vários eventos. Dois deles são suficientes para mostrarmos o contexto social que se vivia à época. Trata-se da opção pelo socialismo enquanto modelo de organização da sociedade, por um lado, e a emergência de uma guerra civil que opunha o governo da Frelimo, que acabava de assumir o poder, e a Renamo.

A opção pelo socialismo pode ser explicada de diferentes formas, mas, em nosso entender, ela afigurou-se como o modelo que claramente representava uma oposição ao capitalismo colonial que havia caracterizado a pretérita sociedade moçambicana. Sendo este um sistema político que sugere a ideia de equalização das condições de vida dos indivíduos, afigurava-se útil para que o projeto da Frelimo tivesse maior probabilidade de ganhar legitimidade popular, dado que se opunha radicalmente à lógica de funcionamento do Estado colonial, que dava maior reconhecimento de cidadania aos colonos portugueses (MINDOSO, 2012, 2017). Esta busca por legitimidade, contudo, não teve totalmente o sucesso desejado. O modus operandi do Estado socialista moçambicano, caracterizado, entre outros, pelo combate à tradição (GEFFRAY, 1991), bem como as limitações do mesmo em satisfazer as necessidades básicas das populações (SERRA, 1997), fez com que a rebelião iniciada pela Renamo – que alguns autores a classificam como sendo de agressão externa (WUYTS, 1990; VIEIRA, 1990b) – passasse a ganhar maior apoio de várias populações a nível local.

É, pois, neste contexto que se deve compreender a construção da narrativa fundacional da nação moçambicana. Por um lado, o socialismo sugeria uma forma específica de organização da sociedade, e, por outro, a situação de guerra que o país vivia fazia com que a elite dirigente se confundisse com as estruturas militares, o que implicou em uma gestão militarizada do Estado (Cabaço, 2007). Desta forma, a narrativa fundacional da nação moçambicana passou a ter uma característica peculiar. Nela estava presente um ideário de indivíduo, isto é, de cidadão, que se caracterizava pela sua indissociabilidade com as coletividades. Ele não deveria ter vida própria a não ser se estivesse profundamente integrado em uma determinada coletividade, quer esta fosse uma organização de massas, uma aldeia comunal, machamba coletiva, fábrica, grupo de estudos, etc. Este fato fica evidente em alguns exemplos textuais retirados de livros escolares da época:

Eu não semeio a minha machamba  
Tú não semeias a tua machamba  
Nós semeamos as nossas machamba  
Eu não carrego as estacas  
Eu não carrego o capim  
Nós carregamos as estacas e o capim  
Eu não construo a minha casa  
Tu não constróis a tua casa  
Nós construímos as nossas casas (MEC, 1989?, p.77).

\*\*\*

O nosso estudo é colectivo, o nosso progresso é em vagas, em que todos avançamos juntos. Por isso é necessário, entre os alunos, entre o pessoal médico, um espírito de ajuda mútua, sentir o atraso de um como recuo para a organização, um atraso ao serviço do povo.

Este espírito colectivo deve dominar toda a nossa vida. Sem a unidade nacional, o nosso trabalho resulta em fracasso. Um órgão, por importante que seja, não vive fora do corpo. Uma perna, um braço, apodrecem se deixam de ser irrigados pelo sangue do organismo, se são separados da unidade com o corpo.

O espírito colectivo obriga-nos a enfrentar cada problema, cada situação, cada deficiência, como nossas. Não estamos indiferentes a nenhum problema. Uma pequena ferida pode abrir a porta ao tétano, que destrói o organismo inteiro. No corpo, a ferida no dedo mais pequeno do pé, se não for tratada, pode destruir a vida. Não é porque o problema não nos afecta pessoalmente que é menos importante, porque esse problema faz parte do organismo em que estamos integrados (MEC, 198-a, p.47).<sup>4</sup>

Nos textos acima apresentados, que na verdade são uma pequena amostra daqueles presentes nos livros escolares analisados, fica claro a existência de uma narrativa com tendência de mortificar o indivíduo (o “eu”, o “tu” ou o “ele”) em detrimento da coletividade, do “nós”. O indivíduo nada era se não estivesse integrado a uma coletividade e, suas aspirações ou ações individuais de nada valeriam se não fossem consequentes à sobrevivência do todo.

Esta identificação do indivíduo com as coletividades, vale notar, dizia respeito apenas aquelas criadas pelo Estado ou decorrentes do processo revolucionário então em curso. Nesse sentido, o indivíduo deveria estar integrado em organizações como as machambas coletivas, aldeias comunais, grupos dinamizadores, organizações de massas do partido, etc. Isso não acontecia, em nosso entender, quando se tratasse de organizações ou agrupamentos cujas bases de sustentação não tivessem sido criadas pela revolução, nomeadamente aqueles de natureza étnico (ou tribal), racial ou mesmo regional. Estas eram tidas como formas de agrupamento tradicionais, criadas pelo colonialismo e, como tal, não deveriam constituir em bases de uma nova solidariedade que se pretendia para Moçambique. Coelho (2015) classificou este tipo de solidariedade como estando baseado no princípio de tábula rasa, na medida em que ela só deveria ocorrer no âmbito das organizações criadas durante a experiência da luta de libertação nacional ou da edifi-

cação do Estado socialista, criminalizando toda outra experiência de sociabilidade fora desse âmbito.

Este ideário de nação que mortificava o indivíduo e exaltava a coletividade criada pela revolução vai de encontro àquele proposto por Eduardo Mondlane (1995) com o pressuposto de “unidade nacional”, este que acabou influenciando a proposição da narrativa da nação pela Frelimo. Tratava-se de uma visão de mundo que sugeria que a construção da nação moçambicana passava por uma abordagem unitária da mesma, eliminando-se todas as formas difusas de identificação, tais como as referências étnicas, linguísticas, religiosas, raciais ou territoriais, e que o exército seria o protótipo da mesma. Esta última instituição, dada a sua natureza, moldaria um novo tipo de cidadão, menos particularista e mais universalista no que à sua identidade dissesse respeito. Este fato pode ser verificado no trecho abaixo:

A luta transforma-nos  
 Nas nossas unidades [militares] há gente de todas as regiões; estou com ajauas, macondes e gente da Zambézia. Creio que isto é bom; antigamente não nos julgávamos uma só nação; a FRELIMO mostrou-nos que somos um só povo. Unimo-nos para destruir o colonialismo e imperialismo português (MEC, 198-b, p. 52).

Vale a pena retomarmos à discussão já iniciada nesta secção e que sugeria a mortificação do indivíduo na narrativa da nação então em construção. Pensamos que, ao se enfatizar a ideia do indivíduo-orgânico, a narrativa da nação desencorajava as ações egoístas como não sendo aquelas que deveriam caracterizar o ideário de cidadão moçambicano. É este tipo de indivíduo que Serra considera ter constituído um dos principais ‘inimigos internos’ presentes na narrativa da nação formulada pela Frelimo nos primeiros anos de independência. Eram eles, os “indisciplinados” da sociedade, os que não estavam vinculados às organizações laborais, às machambas coletivas, ou simplesmente tinham uma visão de mundo que se afigurava liberal e como tal, contrária à solidariedade nacional definida pelos “produtores” da narrativa da nação (SERRA, 1997).

A este respeito, é significativo o esforço de Samora Machel (1980), primeiro presidente do país, em combater o “culto” ao indivíduo, denunciando-o com expressões como “ambiciosos” e “indisciplinados”, mostrando que estes eram capazes de tudo apenas para satisfazerem suas vontades e aspirações singulares em detrimento aos ditos interesses nacionais. Este tipo de pensamento, que desencoraja uma visão de nação assente no indivíduo, está igualmente presente no pensamento de Ngoenha, aqui já citado. Este autor deixa claro que, enquanto filósofo, preocupa-

<sup>4</sup> As interrogações nas datas se referem as dúvidas existentes nas fontes, no que diz respeito a sua precisão. Sabe-se que as mesmas foram

do em perspectivar o futuro da nação moçambicana do pós-1990, tem receios que a narrativa e o espírito de solidariedade entre os moçambicanos que haviam sido difundidos no período imediatamente após a independência do país, desse lugar à exacerbação de vontades dos indivíduos. Daí que, o autor sugere que, visando a salvaguarda desse ideal de solidariedade, era necessário que as elites dirigentes fortalecessem as instituições e organizações estatais. Este posicionamento, como já fizemos referência, contrasta com o de Macamo (2014, 2016), para quem, o indivíduo, com suas necessidades e aspirações tem desempenhado importante papel na renovação da moçambicanidade. Tal indivíduo, indica o autor, pela sua “rebeldia” não apenas possibilitou a conquista da independência, como tem pressionado constantemente para a renovação do ideário de nação moçambicana.

### **A aparição do indivíduo na “nova” narrativa de moçambicanidade**

Nos finais da década de 1980 e inícios da de 1990, acontecem importantes transformações na sociedade moçambicana. Tratou-se de um momento crítico, que no entender de Ngoenha (1998), significou a emergência da segunda República. Não era para pouco. O socialismo, o monopartidarismo e o desenvolvimento centralmente planejado haviam deixado de constituir políticas oficiais de Estado. Igualmente houve a assinatura do Acordo Geral de Paz entre o governo da Frelimo e a Renamo, pondo termo à guerra civil que havia afetado o país por dezesseis anos, o que levou a que em 1994 se realizassem as primeiras eleições democráticas do país.

Com a “morte” do projeto socialista e o fim da guerra, emergem novas relações, assim como entram em cena novos atores sociais. Dessa forma, as políticas neoliberais passam a fazer parte da gestão económica do Estado, as agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, constituem-se em atores cada vez mais influentes nos destinos do país. Igualmente assiste-se a uma crescente influência de organizações não governamentais que, de entre as várias atividades que desempenham, passam a ser concorrentes do Estado na satisfação das necessidades das populações locais (WUYTS, 1990). Por fim, e isto é muito significativo para nossa argumentação, o sistema de ensino nacional passa a ser reestruturado. Este, ao contrário do anterior, permite que agentes educativos privados e até estrangeiros dividam a ação educativa com o Estado. Do mesmo modo, editores não-estatais passam a participar no processo de concepção e editoração de livros escolares. Em consequência disso, pensamos, as visões de mundo que passam a ser produzidas no sistema de ensino no seu todo, passam a ter menos espaço de controle, assistindo-se ao fim da prevalência de uma “única narrativa” da nação moçambicana. Isto, certamente,

---

produzidas nos anos 1980, mas não há maiores informações além disto.

consubstancia-se em uma diferenciação com aquilo que tendia a caracterizar os primeiros anos da independência, onde o sistema de educação e a editoração dos livros escolares estavam a cargo exclusivo do “Estado frelimizado”.

O cenário acima traçado é suficiente para evidenciarmos as transformações estruturais no Moçambique do pós-1990. São transformações, vale dizer, que não foram, nem tem sido, abruptas. Elas vêm tendo lugar num ambiente caracterizado por tensões e resistências sobretudo de alguns setores das elites dirigentes estatais, mas que a pouco e pouco, dado ao novo contexto e as mudanças geracionais dessas elites, seu protagonismo tende a ser reduzido, abrindo espaço para uma redefinição da narrativa fundacional da nação. É em função dessas transformações que podemos compreender o ideário de indivíduo presente na emergente narrativa da nação moçambicana. Desse modo, e esta é nossa hipótese, como que acompanhando tais transformações, a narrativa da nação moçambicana tende a ganhar uma tessitura diferente.

Um dado digno de ser mencionado inicialmente é o de que, ao contrário do que acontecia na narrativa da nação anterior, onde os particularismos como os étnicos e raciais eram suprimidos a favor de um nível de referência identitário mais amplo – o da nação – aqui estes passam a ser tolerados. O texto seguinte, retirado de um livro do terceiro ano de escolaridade, é disso ilustrativo:

*A história da minha comunidade*

Os nossos antepassados influenciaram a forma como nós vivemos, tal como nós iremos influenciar a vida das pessoas que virão a seguir.

Os antepassados Yao

À volta da fogueira o avô contou aos netos a história do povo Yao.

“Dizem que os Yao vêm do monte Yao. Yao quer dizer monte sem nenhum tipo de vegetação. Mas até hoje ninguém encontrou esse monte.

Quando saíram desse monte foram para todas as direcções e formaram várias aldeias. As principais actividades do povo Yao eram a agricultura, a caça e a pesca. Mas também trabalhavam o ferro e os ferreiros eram muito conhecidos e considerados. Eram os ‘chisi’ e viajavam por todo o território para venderem os instrumentos que fabricavam: facas, enxadas, machados, flechas...

Dizem que um dia um ‘chisi’ chegou a uma aldeia e viu uns tecidos de algodão muito bonito. Descobriu que aqueles tecidos vinham da costa, onde também havia sal.

Os Yao faziam tecidos de cascas de árvore e tiravam o sal de algumas plantas. Por isso, decidiram ir até a costa.

As viagens até a costa demoravam, nesses tempos, por volta de meses. Mas os Yao viajavam devagar. Diziam:

- Mesmo caminhando devagar havemos de chegar a casa algum dia!

O contacto com os povos da costa, os ‘swahilis’, mudou alguns usos e costumes Yao (Angelina Neves *apud* DHORSAN e MONTEIRO, 2003, p. 95).

O particularismo racial passa igualmente a ser representado de forma diferente. Este aparece enfatizado em diferentes livros, desconstruindo aquela ideia de um indivíduo “não-racializado” (VIEIRA, 1990, P.33) que havia caracterizado a narrativa fundacional da nação moçambicana:

Era uma vez um menino negro, chamado Carlos, que vivia numa terra de meninos negros e dizia:  
“É bom ser negro  
Como a noite,  
Negro como o carvão,  
Negro como as estradas que nos levam para toda a parte”

Mas, um dia, o menino partiu para uma grande viagem e chegou a uma terra onde todos os meninos eram amarelos. Arranjou uma amiga chamada Acácia que, como todos os meninos amarelos, dizia:

“É bom ser amarelo  
Porque é amarelo o sol,  
É amarelo o girassol  
Mais a areia amarela da praia”

O menino negro meteu-se num barco para continuar a sua viagem e parou numa terra onde todos os meninos eram brancos. Fez-se amigo de um menino chamado Miguel que, como outros meninos brancos, dizia:

“É bom ser branco  
Porque é branco o açúcar, tão doce,  
Porque é branco o leite, tão saboroso,  
Porque é branca a neve, tão linda! ”

O menino entrou depois num avião que só parou numa terra onde todos os meninos eram vermelhos. Escolheu, para brincar aos índios, um menino chamado Pena de Água. E o menino vermelho dizia:

“É bom ser vermelho  
Da cor das fogueiras,  
Da cor do cajú  
E da cor do sangue bem encarnado. ”

O menino negro continuou a sua viagem a uma terra onde todos os meninos eram castanhos. Aí, fez passeios a cavalo com um menino chamado Ali-Baba que dizia:

“É bom ser castanho  
Como a terra do chão,  
Os troncos das árvores.  
É tão bom ser castanho da cor do chocolate! ”

Quando o menino negro voltou à sua terra de meninos negros, dizia:

“É bom ser negro como as estradas,  
Amarelo como o sol,  
Branco como açúcar,  
Vermelho como as fogueiras,  
Castanho da cor do chocolate. ”



Enquanto na escola os meninos negros pintavam em folhas brancas desenhos de meninos negros, ele fazia grandes rodas com meninos sorridentes de todas as cores

(Texto de Luísa Soares *apud* AMÓS, 2004, p.87).

Ambos textos apresentados acima têm a peculiaridade de mostrar as especificidades de grupos de referência, étnico no primeiro caso e racial no segundo, deixando claro que os indivíduos, antes de mais, pertenciam a eles. Esta era, por assim dizer, a sua condição identitária primordial. Mas que, apesar dessa condição, eles deveriam estar cientes que haviam outros grupos diferentes dos deles que igualmente fazem parte do todo (nacional).

Poderíamos repetir exemplos desta natureza, mostrando como os particularismos étnicos, raciais e de outra natureza, estão presentes na emergente narrativa da nação moçambicana. Estes, contudo, são suficientes para mostrarmos que em função das transformações estruturais da sociedade moçambicana, a narrativa de nação tende a entrar em sintonia com as mesmas. Como Serra (2012) nos sugere, a Frelimo dos primeiros anos da independência, dadas as múltiplas pressões que sofreu interna e externamente, com o andar do tempo, e embora ainda reivindique a paternidade da nação, passou a tolerar que indivíduos se identificassem com referências identitárias étnicas (tribais, se quisermos), raciais, etc.

Esta análise preliminar mostra que a nação moçambicana deixa de ser apresentada no livro escolar apenas como uma grande narrativa fechada – nos termos de Coelho (2015), passando a ser toleradas as identidades étnicas, raciais ou territoriais dos indivíduos que a compõe. Com efeito, o ideário do cidadão moçambicano está se metamorfoseando. Aqui, o indivíduo, aquele que se orienta em função de suas necessidades e interesses singulares, já passa a ser representado de uma forma diferente, pondo em causa ao “velho” indivíduo-orgânico:

#### *A cidade*

A Nhelete e o pai foram à cidade. Era a primeira vez que a Nhelete ia à cidade.

Ela admirava as ruas, as avenidas, as praças, as lojas, os prédios e os reclames.

A Nhelete estava encantada com os jardins, com o trânsito e com as montras.

- Estás a ver, Nhelete? Ali fica a escola, acolá o hospital, ali mais à frente a polícia e do outro lado o banco.

- Pois é, pai – disse a Nhelete olhando para todos os lados deslumbrada.

Passaram, então, por uma livraria com imensos livros na montra.

A Nhelete e o pai entraram na livraria.

Ela escolheu um livro de lindas histórias.

- Pai, este é bonito?

- Depende dos teus gostos, filha.

- Quero este, que tem lindas histórias: o coelho malandro, a raposa e a cegonha, o gato Bolinhas, o rei da selva e muitas outras.

A menina ficou tão radiante com o seu livrinho de história que quando chegou a casa iniciou logo a sua leitura (Texto de Teresa Fumo *apud* AMÓS, 2004, p.45).

O texto apresentado, e retirado de um livro do quarto ano de escolarização, é sugestivo quanto à representação do indivíduo na contemporaneidade moçambicana. A menina, que acabava de tomar um livro na prateleira da livraria, pediu o consentimento da autoridade paterna, na expectativa de que esta lhe desse orientações sobre qual dos livros seria ideal para ela. O pai, contudo, nada mais disse senão que a escolha dependia dela. Deu-lhe, dessa forma, a possibilidade de fazer escolha em função daquilo que ela considerasse satisfazer os seus desejos.

Estamos aqui em face de um ideário de indivíduo cujas escolhas não deveriam ser determinadas unicamente pelos interesses da coletividade em que estivesse inserido, ou da autoridade, qualquer que fosse, como acontecia nas primeiras décadas da independência nacional. É este indivíduo que, no entender de Macamo (2014; 2016), sempre esteve presente na sociedade moçambicana, mas que tanto o regime colonial quanto o socialista do pós-independência procuraram ofuscá-lo. É este, que no entender do autor, dadas as escolhas que tomou, rebelou-se pelos dois regimes, o que teve consequências na reformulação da narrativa da nação moçambicana. Nesse sentido, ao se dar a possibilidade de escolha ao indivíduo, ao não o reprimir, está-se em face a um novo ideário da narrativa nacional que, embora não, o cultive sem reservas, abre a possibilidade deste se constituir enquanto cidadão.

### **Considerações finais**

Certamente que a discussão feita ao longo deste artigo, dadas as suas limitações, não é suficiente para concluirmos definitivamente que o indivíduo constitui o novo ideal de cidadão moçambicano. Caberia, para isso, alargar a análise, abrangendo constructos sociais aqui não tomados em consideração, mas que nos poderiam dar uma imagem mais ampla sobre esse processo. Mesmo assim, os resultados aqui apresentados são pertinentes para debate. O principal deles é o de que a narrativa da nação moçambicana não deve ser entendida como sendo estática, homogênea e imutável ao longo do tempo. Uma análise sociológica de sua metamorfose, como acabamos de fazer, evidencia esse fato. Desde o momento em que se declarou a independência do país, sugerindo uma nova “era” após séculos de presença colonial portuguesa, a narrativa da nação moçambicana foi se reformulando. Ela foi se redefinindo em função das transformações económicas, políticas e até geracionais que foram acontecendo no país. Nesse sentido, os livros escolares, que só na aparência têm um caráter de neutralidade didática, constituem importante – mas não exclusivo – campo para percebermos como é que o ideário da nação moçambicana tende a se metamorfosear, oferecendo às novas gerações de moçambicanos um renovado ideário de sociedade e indivíduo. É nesse sentido que assistimos, da independência à atualidade, uma narra-

tiva de nação que começou por subestimar o indivíduo, considerando-o potencial ameaça à sobrevivência da nação; passando a conferi-lo um lugar diferente, no qual as possibilidades deste se constituir enquanto um ser capaz de fazer escolhas, incluindo o de se identificar com particularismos identitários, não lhe torna substantivamente menos cidadão que os demais moçambicanos.

### Referências Bibliográficas

AMÓS, Armindo *et al.* **Como é Bom Aprender:** Português, 4ª classe. Maputo: Texto Editores, 2004.

BHABA, Homi K. (ed.). **Nation and Narration.** London and New York: Routledge, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Mariza Corrêa. Campinas: Papi-rus, 2008.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAHEN, Michel. Moçambique, o ‘fim da história’... única: trajectórias dos anticolonialismos em Moçambique. **Africana Studia**, n.15, p.325-341, 2010.

CAHEN, Michel. Mozambique, histoire géopolitique d’un pays sans nation. **Centre d’étude d’Afrique noire**, nov., 1993, p. 213-266. Disponível em:<<http://www.lusotopie.sciencepobordeaux.fr.cahen94%202.pdf>>.

COELHO, João Paulo B. Abrir a Fábula: questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 106, p.153-166, 2015.

DHORSAN, Adelaide; MONTEIRO, Suzana. **Vamos Aprender:** língua portuguesa, 3ª classe. Maputo: Macmillan, 2003.

FRY, Peter (Org.). **Moçambique:** ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GEFFRAY, Cristian. **A Causa das Armas em Moçambique: Antropologia da guerra contemporânea.** Porto: Afrontamento, 1991.

MACAMO, Elísio. A nação moçambicana como comunidade de destino. **Lusotopie**, pp. 355-364, 1996. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_1996\\_num\\_3\\_1\\_1050](https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1996_num_3_1_1050).

MACAMO, Elísio. À procura da autonomia individual: direitos humanos vs direitos socialmente adquiridos em Moçambique. **Cadernos Ceru**, v.27, n.2, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/125072>.

MACHEL, Samora. **Declaramos Guerra ao Inimigo Interno.** São Paulo: Editora Quilombo, 1980.

MACHEL, Samora. **Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa. Desafios para Moçambique: 2014.**

MAZULA, Brazão. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique, 1975-1985:** em busca de fundamentos filosófico-antropológicos. S.l: Afrontamento/Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, 1995.

MEC. **Livro de Leitura da 3ª Classe.** Maputo: I.N.L.D., 1989?.

MEC. **Livro de Leitura da 5ª Classe.** Maputo: I.N.L.D., 198-.a.

MEC. **Sexta classe.** Maputo: I.N.L.D, 198-.b.

MINDOSO, André Victorino. **A Construção Simbólica da Nação nos Livros Escolares no Moçambique Pós-colonial (1975-1990).** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MINDOSO, André Victorino. **Os Assimilados de Moçambique:** da situação colonial à experiência socialista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique.** Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1995.

NGOENHA, Severino. Identidade Moçambicana: já e ainda não. In: SERRA, Carlos. **Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização.** Maputo: Livraria Universitária – Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p.17-33.

PEIXOTO, Carolina B. T.; MENESES, Maria P. “Domingos Arouca: um percurso de militante nacionalista em Moçambique”. **Topoi**, v.14, n.24, p. 86-104, 2013.

SERRA, Carlos. **Chaves das Portas do Social: notas de reflexão e pesquisa.** Maputo: Imprensa Universitária, 2012.

SERRA, Carlos. **Novos Combates pela Mentalidade Sociológica.** Maputo: Livraria Universitária – Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

VIEIRA, Sérgio. Vectores da política externa da Frente de Libertação de Moçambique: 1962-1975. **Estudos Moçambicanos**, n.7, p.29-56,1990 (a).

VIEIRA, Sérgio. África austral: conflitos, percepções e perspectivas na arena internacional. **Estudos Moçambicanos**, n.8, p.63-96, 1990 (b).

WUYTS, Marc. Gestão económica e política de reajustamento em Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, n. 8, p.99-124, 1990.